

"Quatro anos de avanços contínuos"

por Claudia Safatle
de Brasília

Num pronunciamento de 15 páginas, feito para um plenário lotado do Senado Federal, o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, despedindo-se daquela Casa, traçou as tarefas mais importantes de seu governo, nos próximos quatro anos. "Nada de 'cem primeiros dias' de anúncios bombásticos, mas quatro anos de avanços contínuos na direção das reformas".

Listou as propostas básicas que pretende encaminhar, em fevereiro próximo, para a reforma da Constituição e sublinhou a importância da desindexação na consolidação do programa de estabilização. O presidente eleito disse ainda que a privatização, será aprofundada e ampliada, abarcando os setores de energia, telecomunicações, transportes e mineração. Mas a privatização não tem a ver só com a eficiência administrativa do Estado. Está umbilicalmente ligada ao ajuste fiscal.

O presidente eleito ressaltou a importância da política social no seu governo e

apontou com caminho para dar eficácia a essa política, a incorporação das organizações não-governamentais como parceiras no combate à miséria.

A disciplina fiscal e monetária é fundamental para a estabilidade econômica. Nessa área disse Fernando Henrique "serei inflexível" e à que fará jus afirmou "fama imerecida" que tem de ser "excessivamente contido".

Senhor Presidente,
Senhores Senadores.

Volto a esta tribuna, não para uma despedida, mas para uma palavra de gratidão e fidelidade.

Há doze anos, quem aqui fazia seu discurso de estória, era o intelectual que as artimanhas do autoritarismo afastaram compulsoriamente da cátedra universitária e converteiram em aprendiz de político.

Hoje, vencida uma etapa desse aprendizado, sinto a emoção de deixar a Casa onde me fiz plena e orgulhosamente político. E com o diploma de primeiro mandatário que o povo generosamente me concedeu, venho à presença dos meus pares dizer do fundo do coração: muito obrigado.

**LIÇÕES DE POLÍTICA
DEMOCRÁTICA**

Obrigado pela prática permanente do diálogo, do debate -

frequentemente acalorado, crispado, aqui e ali, pelo risco de impasses que fomos capazes de superar, para o bem do Brasil; mas sempre leal e construtivo. Não poderia haver exercício mais gratificante do que esse para alguém, como eu, que entende que a política democrática deve ser uma forma de convivência civilizada, a arte de transformar a sociedade acreditando nas próprias razões, mas ouvindo as razões do outro e medindo as consequências dos próprios atos. Porque o modo democrático de mudança significa também mudança das consciências através do convencimento. E este, quando não é imposição disfarçada, é um processo de esclarecimento recíproco que supõe a possibilidade tanto de convencer como de ser convencido.

Obrigado pelos exemplos de espírito público que tive a felicidade de colher nesta Casa. Foram tantos, e de tantos lados, que só fizera fortalecer em mim a certeza de que a devoção à busca do bem comum não é monopólio de ninguém; não conheço fronteiras de partidos, nem de ideologias, nem de interesses regionais ou de classe. Exige apenas generosidade para pensar no que é melhor para o País como um todo, e discernimento para julgar o que é melhor. Discernimento que provém - e isto eu também aprendi aqui - muito mais da experiência no trato da coisa pública do que de qualquer saber teórico.

Estreei nesta tribuna rendendo homenagem a dois políticos - Ulysses Guimarães e André Franco Montoro -, que para mim encarnam no mais alto grau as virtudes do espírito público e da capacidade de diálogo.

Hoje eu gostaria de deixar registrada nos anais do Senado uma manifestação de reconhecimento a todos quantos, nesta Casa e fora dela, fizeram das mesmas virtudes a argamassa da ponte que deu passagem à transição democrática.

**AS ELEIÇÕES MARCAM O
FIM DA TRANSIÇÃO**

Acontece que estas eleições colocam, a meu ver, um ponto final na transição. Depois de dezesseis anos de marchas e contramarchas, a "abertura lenta e gradual" do ex-presidente Geisel parece finalmente chegar ao porto seguro de uma democracia consolidada - e aqui falo mais como observador da história recente do que como presidente eleito.

É um edifício acabado essa democracia? Decerto que não. Há uma agenda de reformas políticas que não se esgotou na questão do sistema de governo. Teremos de encaminhar essas reformas, até para compatibilizar a opção presidencialista do eleitorado com os requisitos de legitimidade e eficácia das instituições representativas. Quando digo que a transição chegou a bom termo, não me refiro, portanto, às instituições. Refiro-me, em primeiro lugar, ao enraizamento da democracia no solo firme da sociedade brasileira.

Esta é uma boa notícia que as eleições confirmaram.

É verdade que as frustrações políticas dos últimos anos cobram seu preço. Aí está o aumento do absenteísmo e dos votos brancos e nulos, a nos advertir que as reservas de esperança do povo podem ser grandes, mas não são inesgotáveis.

Apesar disso, a imensa maioria apostou mais uma vez na participação eleitoral. E distribuiu maciçamente seus votos entre opções que, bem pesadas as diferenças, apontavam para um horizonte comum de mudanças com liberdade.

Nestes meses de andanças pelo Brasil, quantas vezes não li no olhar do eleitor mais humilde, nos lugares mais remotos, a mensagem tocante de confiança, mas também de cobrança ativa de quem sabe e se orgulha de ser cidadão? Quem leva no peito esse sentimento, mesmo quando ele ainda nem se traduz em palavras, saberá repelir tanto o salto no escuro como o retrocesso a situações autoritárias. Ou - o que seria talvez o pior dos cenários - o marasmo de uma democracia meramente formal, esvaziada de conteúdo econômico e social pelas pragas do elitismo, do fisiologismo e do corporativismo.

Não deixa de ser espantoso que uma sociedade marcada por tamanhas desigualdades, e castigada, no passado recente, por decepções tão amargas com seus representantes, tenha sido capaz de marchar para as urnas com tanta tranquilidade. E que afinal saia das eleições unida em torno da perspectiva de um amanhã mais próspero e justo pela via democrática.

Eu me pergunto: e nós, os depositários desse voto de

fiança? Seremos capazes de superar nossas próprias deficiências para corresponder aos anseios da sociedade?

Creio que também nesse terreno, Senhores Senadores, há sinais alvissareiros.

Saímos da refrega eleitoral sem cicatrizes pessoais ou partidárias, pelo menos no plano nacional. Na imprensa, aqui e ali, chegaram a reclamar da "frieza" da campanha presidencial. Eu não vi frieza. Vi, sim, a busca de uma escolha mais refletida por parte do eleitorado, e um clima de civilidade entre os candidatos - ambiente para o qual procurei contribuir e pelo qual sou grato aos meus competidores.

As circunstâncias facilitam que seja assim.

O colapso das fronteiras ideológicas no mundo repercutiu, até com algum atraso, na política doméstica, arrefecendo os ímpetos sectários à esquerda e à direita.

A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreviveu ao pacto da Aliança Democrática, também não vigora mais. Não polariza as forças políticas nem o eleitorado. As tentativas de restabelecer esse divisor de águas no processo eleitoral frustraram-se. Se ainda coubessem dúvidas, caíram por terra diante das alianças feitas por todos no segundo turno das eleições de Governador.

O amadurecimento da sociedade vem acompanhado, assim, de uma saudável distensão das forças políticas. Saudável, não porque a polarização seja um mal em si - ao contrário, ela é a mola do processo democrático. Saudável, porque a remoção das barricadas do passado abre caminho para um outro tipo de recorte partidário, que não bloqueie o diálogo e que, em vez do imobilismo, instaure a dinâmica da competição entre diferentes alternativas de construção do amanhã.

Por isso me animo a afirmar que chegamos ao fim da jornada da transição - que a democracia brasileira finalmente repousa sobre alicerces firmes, embora seu trajeto institucional ainda demande reparos. E rendo aqui minha homenagem aos que, mantendo posições partidárias e convicções pessoais, souberam dar-se as mãos e dar a mão ao País para superar os impasses que se apresentaram ao longo do caminho.

O CONGRESSO, SÓLUCIONADOR DE IMPASSES

Os políticos em geral, e o Poder Legislativo em especial, têm sido alvo de críticas duríssimas. Críticas em parte procedentes. Longe de mim tapar o sol com a peneira por uma descabida "solidariedade de classe". A sociedade tem direito de ser dura, implacável mesmo, na cobrança de decência e transparência de seus representantes.

Mas há que separar o joio do trigo, até para que a cobrança seja eficaz.

É justo que se diga, então, em alto e bom som: a transição não teria chegado a bom termo, o edifício da nossa democracia não pararia de pé, se dentro do Congresso Nacional não houvesse políticos com "p" maisculo. Deputados e senadores da melhor qualidade, cuja presença honraria qualquer parlamento do mundo. Homens públicos que, nas horas mais difíceis, preferiram correr o risco de se abrir aos anseios de mudança da sociedade do que se entrenchear em posições estabelecidas. Que entenderam, por outro lado, que em certos momentos é mais importante transigir é avançar um passo que seja, do que meramente marcar posição. E que nunca, nunca esmoreceram nem abriram mão da responsabilidade de levar adiante a agenda das decisões nacionais. Quantas vezes não teria sido mais cômodo, e até humanamente compreensível, cuidar dos próprios assuntos e lavar as mãos diante do quebra-cabeças quase insolúvel criado pela fragmentação das nossas forças políticas?

Por contar com políticos desta envergadura, o Congresso e o mesmo Congresso ao qual a sociedade brasileira às vezes quer dar as costas, como a um espelho cruel da sua própria heterogeneidade - este Congresso foi capaz de se superar e vencer os grandes desafios da transição.

Foi aqui que o surgimento de uma nova maioria mudancista, fundada no calor da mobilização por eleições diretas para presidente, em 84, prenunciou o fim do ciclo dos governos militares.

Quando o autoritarismo agnizante reuniu forças para barrar as diretas-já, foi aqui que essa mesma maioria engendrou o pacto para a transferência

(Continua na página 10)